



## **REDES DE RELAÇÕES NA MAGISTRATURA SERGIPANA**

Carlos Henrique Filgueiras Prata de Almeida<sup>1</sup>  
Letícia Oliveira Feijão Galvão<sup>2</sup>  
Samara Gabrielle Meneses Aragão<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar os conjuntos de relações presentes nas elites da esfera jurídica sergipana em relação à ocupação dos cargos mais altos na magistratura. Será observado como cada uma das esferas sociais, tais como capital econômico, grupos sociais e instituições se relacionam, completando-se a fim de fomentar uma formação plena do futuro jurista, que deve adquirir um capital simbólico-cultural, uma série de habilidades socioculturais e conjuntos de relações que irão permitir que seu futuro coincida com o que se espera deste pela família em que nasceu. Dessa forma, será possível analisar a ocupação dos altos cargos como, também, um direcionamento social através das origens familiares. De uma perspectiva teórica, os pontos de vista afirmados por Pierre Bourdieu sustentarão a ideia de que aparatos sociais são utilizados nesse processo; mesmo relações profissionais podem ser embasadas a partir de instituições frequentadas, grupos familiares, dentre outros. Em suma, redes de relações em geral. Para embasar metodologicamente tais apontamentos, será buscado traçar o perfil dos ocupantes da magistratura sergipana: desembargadores, procuradores e presidentes de tribunais. Para tal, realizará-se uma busca pelas origens e desenvolvimento das supracitadas redes de relações dos mesmos, fazendo uso de arquivos públicos, biografias e outras evidências históricas.

**Palavras-chave:** Redes de relações. Trajetórias. Magistratura.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais. E-mail: henrique.prata7@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais. E-mail: leticiaofg@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Sociais. E-mail: samara.ufs@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A compreensão da vida e carreira dos magistrados pode contribuir enormemente para um entendimento cada vez maior, por sua vez, da política e dos seus mecanismos e estruturas nos diferentes períodos da história brasileira, ilustrando de forma clara a história contemporânea, tendo em vista a função do Direito como "uma ideologia que tende a confirmar as relações de poder existentes na sociedade e a preservar as desigualdades" (DUARTE, 2005).

O presente trabalho propõe-se a estudar os desdobramentos na contemporaneidade do processo histórico de sucessão na magistratura sergipana, no estabelecimento do que define-se por "elites jurídicas". Estas decorrem de uma autonomia profissional do campo jurídico sob os demais campos institucionais influenciando, assim, o caráter político regional e nacional.

Em ampla medida, o estudo de Joseph Love e Bert Barickman (2016) sobre as "elites regionais" traz características elementares que o indivíduo deve ter para garantir sua ascensão aos cargos de poder 'disponíveis' na sociedade. As questões como sexo, poder econômico familiar e a idade podem ser relevantes para legitimação no cargo público. Quando falamos de elites nesse trabalho, suscitamos a ideia dos autores acima que articulam dados sobre pequenas populações e os inserem num contexto histórico político nacional.

Ademais, os estudos sobre elites no Brasil consideram como chave inicial das redes de relações as chamadas "parentelas" (PEREIRA DE QUEIROZ, 2006). Estas são caracterizadas pela reciprocidade e lealdade que ultrapassam a família nuclear e podem ser igualitárias ou estratificadas e em sua forma inicial contavam com um senhor rural e seus aliados que possuíam certa influência nos demais campos sociais. Atualmente, esse local de influência é ocupado pelos bacharéis através por meio de amplas redes de relações.

Sendo assim, faz-se necessário estudar as redes de relações que são estabelecidas na mesma, o que assume como prerrogativa básica um estudo das maneiras e mecanismos para acessar tais espaços sociais, e das condições, sejam elas relacionais ou não, necessárias para a aquisição do capital cultural exigido para a inserção no mesmo. O capital cultural "serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe [...] é tido como um recurso de poder que equivale e

se destaca de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos." (SILVA, 1995).

Tendo isso em vista, podemos definir, a partir de Bourdieu, o que é o mundo social de forma mais ampla. Tendo esta definição, a particularização ao universo jurídico torna-se mais objetiva e fundamentada sociologicamente. Assim,

o mundo social pode ser concebido como um espaço multi-dimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos (BOURDIEU, P. 1987. p.4).

Em suma, o presente artigo correlacionará a aquisição do capital social às relações constituídas ao longo da vida dos indivíduos que ocuparam cargos majoritários nas elites jurídicas da magistratura sergipana. Assim, será buscado perceber como esses mecanismos estão conectados aos mecanismos mais amplos da sociedade, corroborando com o aprofundamento ou intensificação de grupos de comportamentos e práticas, tais como a dominação patriarcal, as linhas sucessórias familiares. Ao contrário de uma classe, podemos definir as elites também enquanto grupos de status, que, segundo Weber (1966) "em contraste com a situação de classe determinada economicamente, designa como situação de status os componentes típicos dos destinos de vida que são determinados pela estima social ou honra que pode ser positiva ou negativa".

## 1. METODOLOGIA

Um caminho para uma sociologia política da produção e legitimação de saberes sobre o Estado, o Direito ou o que se pode denominar genericamente como “instituições” em estado objetivado, passa necessariamente pela dificuldade de apreensão das condicionantes sociais e da relação dessas condicionantes com contextos práticos de ação dos agentes que produzem as “instituições”, conforme afirma Engelmann (2008).

Os estudos contemporâneos em Sociologia do Direito estão cientes de tal dificuldade na apreensão dessas relações, desmembrando-se em estudos holísticos de micro-ambientes, traçando relações que podem correlacionar-se com a sociologia do desvio. Há uma série de condições para estabelecer-se e uma série de sanções ou imposições para os desviantes e outsiders de um determinado grupo social.

Diante disso, no âmbito da sociologia jurídica,

as pesquisas empíricas contemporâneas estão focadas em três áreas: (i) nos operadores jurídicos (magistrados, advogados, notários, funcionários), seja considerando-os sob o perfil da sociologia das profissões (estratos sociais, contextos operativos corporativistas, valores e ideologias peculiares), seja sob o perfil da sociologia das organizações; (ii) no conhecimento e na valoração do direito vigente por parte dos cidadãos, chamado como o estudo da cultura jurídica externa; (iii) na eficácia das normas jurídicas (normas repressivas, de incentivo e de organização) (MARANHÃO, 2009, p.3).

A presente pesquisa situa-se na primeira destas categorias, estudando a sociologia das profissões, que apresenta-se como um instrumento importante, por intermédio dos seus modelos analíticos e resultados de investigações empíricas, para a leitura cientificamente fundamentada das plurais recomposições sociais, económicas e culturais que atravessam o mundo do trabalho nas actuais sociedades globalizadas (GONÇALVES, 2008), levantando discussões sobre o trabalho dos profissionais e os padrões do profissionalismo, tendo presente as mudanças na natureza do trabalho (Middlehurst e Kennie, 1997; Broadbent, Dietrich e Roberts, 1997), as transformações nas profissões tradicionais, como as do direito (Hanlon e Shapland, 1997). Conforme aponta Almeida (2010):

A compreensão das posições e relações políticas entre agentes e instituições do campo jurídico depende da reconstrução do processo de institucionalização dessas posições no processo de formação do Estado nacional; do processo de divisão do trabalho e institucionalização profissional dos grupos ocupacionais que atuam na administração da justiça pública; e das mediações realizadas pelo sistema de ensino jurídico nos efeitos, internos ao campo jurídico, das divisões sociais de classe, reproduzidos nas trajetórias de mobilidade social e diferenciação interna do campo jurídico (ALMEIDA, 2010, p.12).

Ou seja, para analisar de forma objetiva as redes de relações na ascensão desses nomes aos cargos mais altos das elites jurídicas estaduais, o presente trabalho baseou-se na coleta empírica de variáveis contendo informações acerca de suas carreiras. Esse método é chamado de prosopografia. Busca-se identificar, para os objetivos da pesquisa, dados relativos às origens familiares, formação acadêmica e trajetórias políticas e profissionais desses agentes, para reconstruir seus percursos de vida e situá-los em posições do espaço social e do campo político da justiça, especialmente (Almeida, 2010).

A prosopografia define-se como "coleção e catálogo de todas as pessoas de um grupo definido temporal e especialmente" (BULSF, 2007) ou uma "análise de material prosopográfico segundo diferentes pontos de vista da interpretação histórica" (PETERSOHN, 1975). Embora o termo prosopografia remonte ao século XVI, seu significado e suas relações com outros métodos e técnicas empregados na pesquisa histórica ainda continuam a ser objeto de controvérsias, que acentuaram-se com o redirecionamento, evidente nas últimas décadas, do foco do interesse historiográfico para o papel do homem na história, e não necessariamente dos "grandes homens". (BULSF, 2007).

É importante não prender-se diretamente ao método na realização desta análise. O que a análise sociológica da trajetória dos indivíduos deve revelar é a "incorporação das estruturas objetivas nos indivíduos e nos esquemas subjetivos de percepção e representação, de construção de identidades e de ação social" (BOURDIEU, 2007), e isso ocorre apenas sob uma análise intersubjetiva das variáveis estabelecidas.

Não obstante, a coleta de variáveis inseridas em planilhas digitais foi fundamental para a análise do conteúdo prosopográfico. Tais variáveis foram: Nome, sexo, ano de nascimento, cidade de nascimento, região dessa cidade, formação (ano e idade ao formar-se), instituição de ensino (nome e região da mesma), variáveis booleanas sobre homenagens recebidas pelo nome em questão no exercício do cargo e posse de pós-graduação. O primeiro cargo ocupado (com cidade e região), ano de posse no cargo dentro da elite jurídica (período de inserção à mesma) e o tribunal presidido também são variáveis que nos permitem realizar um estudo qualitativo, agrupado a partir de características semelhantes nesses nomes, de suas trajetórias.

Para denotar as influências das redes de relações, tal como estabelece-se enquanto enfoque deste artigo, outras variáveis que não estavam diretamente relacionadas com a vida do ocupante do cargo foram traçadas, tais como a existência de parentes no Direito, graus de parentesco e graus ocupados por tais parentes.

Metodologicamente, foram feitas pesquisas nos arquivos dos Tribunais e Instituições em questão, sendo estes: Ministério Público, onde foram buscados o histórico de nomeação de procuradores e seus tempos de cargo, o Tribunal de Justiça, onde o mesmo foi feito com seus Presidentes, bem como foram feitas também buscas pela ordem de sucessão dos Presidentes do TRE (Tribunal Regional Estadual de Sergipe) e do TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

Uma vez feito o acesso aos arquivos, são pesquisados verbetes, bem como outras bibliografias biográficas (virtuais ou físicas) para complementar as informações da planilha necessárias à análise.

Já com os dados inseridos no Banco, torna-se pertinente estabelecer certas conclusões a respeito. Com grande convergência, entre os nomes, no que diz respeito à idade de formação, instituições frequentadas e outros aspectos, podemos comprovar o que já foi posto anteriormente: a trajetória do futuro magistrado é meticulosamente calculada pela família.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

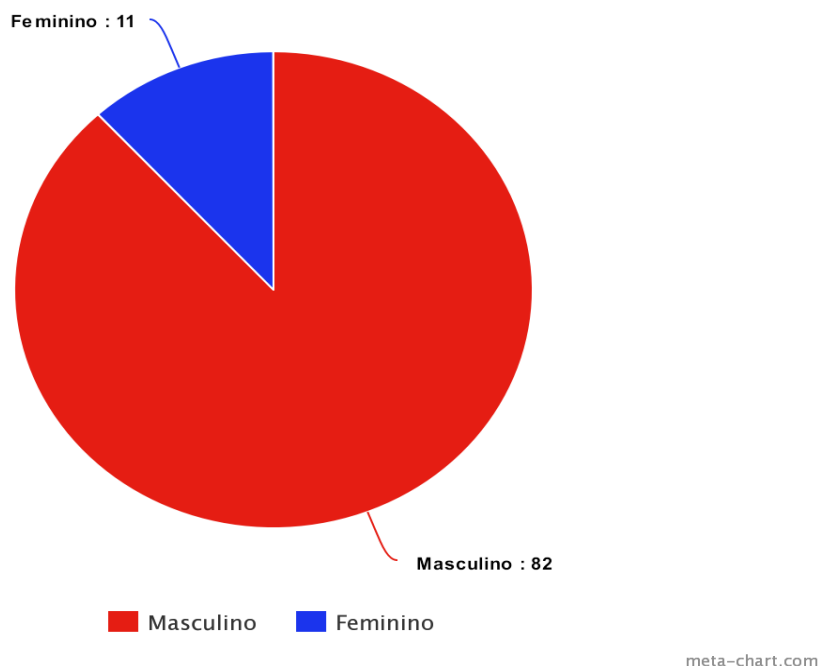
Como a metodologia torna claro, há uma série de características individuais, socialmente construídas, que pautam formas de um habitus, na perspectiva de Bourdieu. Habitus define-se como "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas" (BOURDIEU, 1983). Nesse contexto, O aprofundamento da análise do habitus num contexto jurídico confere dinâmica e substância ao campo como objeto de pesquisas ao identificar na ação dos agentes tanto a história incorporada em suas trajetórias individuais como a história reificada nas instituições, ou seja, ao revelar a presença de elementos subjetivos e objetivos que determinam as estratégias, concebidas como o senso prático dessa ação (Almeida, 2010).

Para estudar as trajetórias a partir das premissas estabelecidas acima, trabalhamos com o estabelecido por Engelmann acerca das dinâmicas que ocorrem no âmbito da prática jurídica, ou, num enfoque geral, em como estabelece-se o supracitado capital cultural:

No concernente ao espaço dos juristas e sua relação com o espaço de poder político, pode-se encontrar nos trabalhos de Bourdieu (1984, 1986 e 1989) um referencial para a construção de categorias para análise que se pretende realizar. Essa orientação contribui para a apreensão do universo dos bacharéis em direito que implica num espaço socialmente instituído por ritos, símbolos, códigos, hierarquias e garantias legais legitimadas pelo Estado. A apreensão dos princípios de sua estruturação envolve a análise de variáveis que explicitem a estrutura dos capitais sociais, culturais e acadêmicos mobilizados na sua hierarquização e a relação dos agentes com esta estrutura. O recurso heurístico propiciado pelo uso da noção de agente social possibilita a ruptura com a análise das "instituições" limitadas ao seu estado objetivado, evitando-se, dessa forma oposições consagradas na ciência política como "Estado x sociedade", ou "elites x instituições" (ENGELMANN, 2008, p. 68).

O presente estudo, assim, caracteriza-se como uma análise sociológica dos operadores jurídicos. A partir da análise do Banco de Dados utilizados na pesquisa que serve de base ao presente trabalho, podemos tirar algumas conclusões acerca dos mecanismos que pautam os mesmos. Utilizando como exemplo a frequência de

casos em certas variáveis, é possível concluir (a partir dos métodos de análise do IMB SPSS Statistics) que 88% dos ocupantes dos altos cargos da magistratura sergipana são do sexo masculino, evidenciando um contexto de desigualdade certamente vivido até hoje e ainda mais amplificado em séculos anteriores, conforme apontado pela Figura 1.

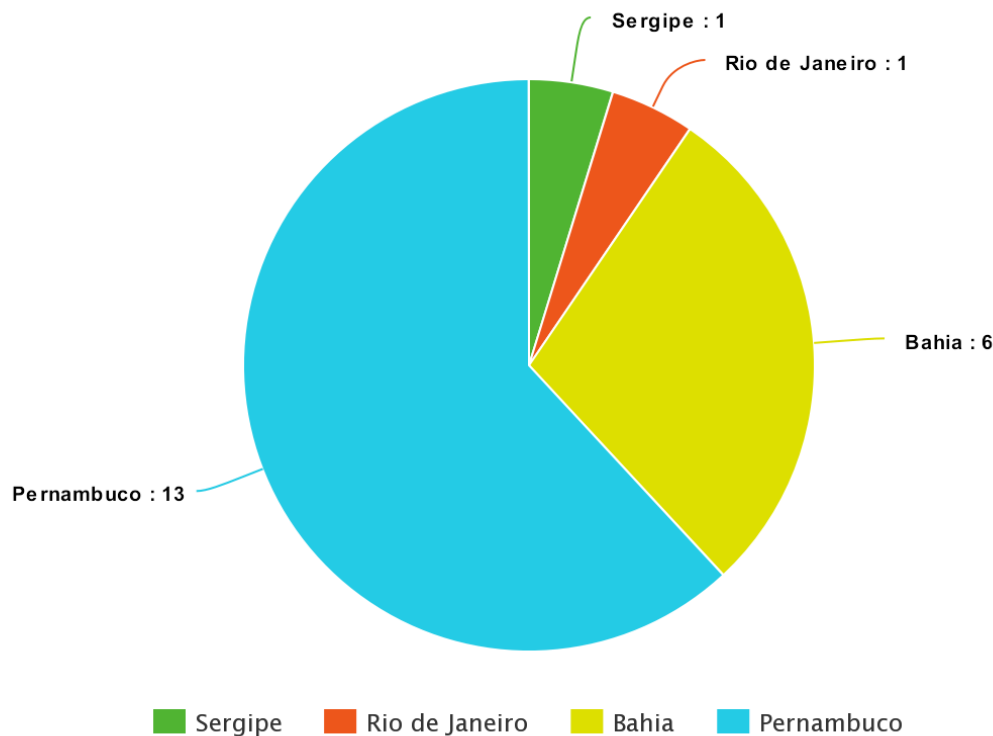


Tal fenômeno nos permite perceber que o processo de consolidação e fortalecimento do Estado, a centralidade do direito foi identificada principalmente como uma prerrogativa masculina. Na segunda parte do século xx, as teorias feministas demonstraram que a produção masculina do conhecimento através do direito, mas também da ciência ou da cultura, criou hierarquias que consignaram as mulheres para a inferioridade e exclusão (DUARTE, 2015). As diferenças de atuação do capital cultural para homens e mulheres, conforme apontado por algumas pesquisas, e a possibilidade de que a cultura feminina apresente aspectos que contribuam para a mudança de condições sociais da mulher, sugerem que a questão do gênero é um fator a ser considerado nos estudos de relação entre classe e cultura (SILVA, 1995).

É interessante observar, também, uma frequência chamativa no que diz respeito à formação universitária na Faculdade de Direito do Recife – algo que pode



ser relacionado com as famílias frequentemente mandarem os filhos estudarem fora do Estado a fim de desenvolver redes de relações com outras regiões, conforme o seguinte gráfico aponta:

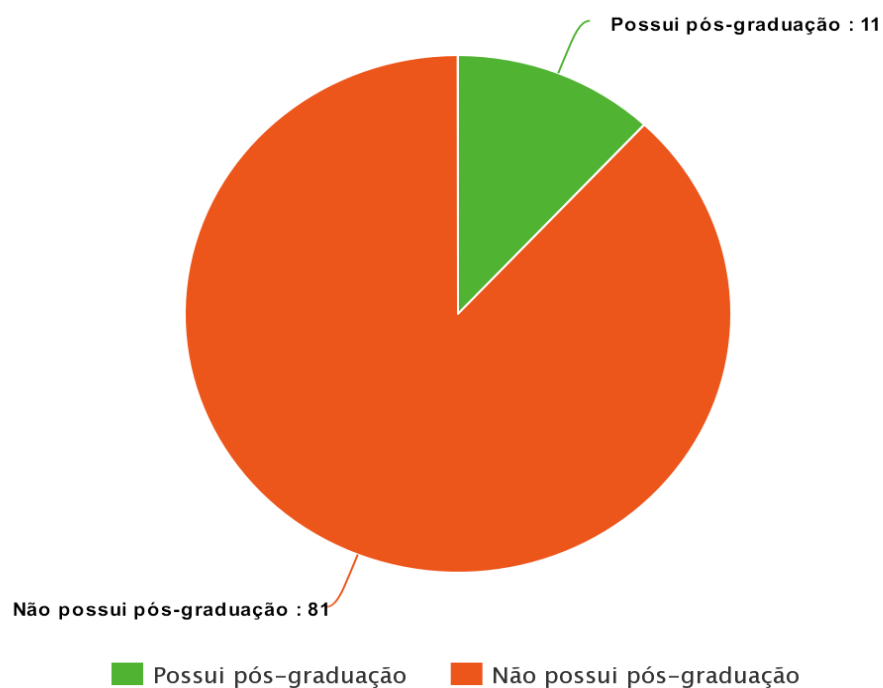


meta-chart.com

Podemos denotar, nesse fenômeno, que

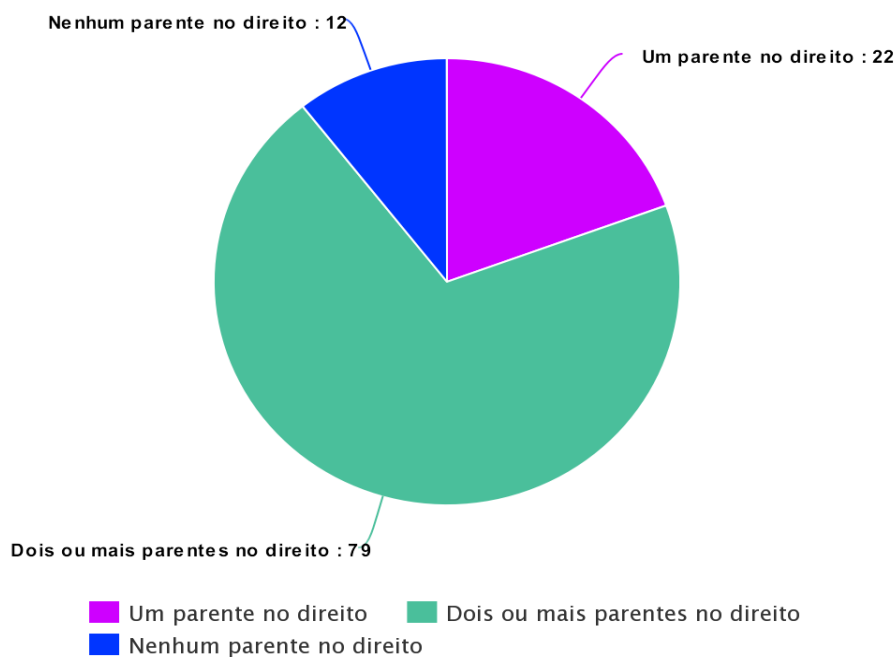
As redes de relações entre os membros da Escola, de diferentes gerações, e entre eles e o Estado e as carreiras jurídicas reforçam características apontadas por Manheim para a caracterização de um grupo reduzido de intelectuais e de sua influência na formação de correntes de pensamento (ALMEIDA, 2010, p. 157).

Além disso, a hereditariedade dessas posições de privilégio no contexto da sociedade também possuem uma função chave no estabelecimento das elites jurídicas. Aproximadamente 20% dos casos possuíam algum parente na área do Direito, indicando relações já presentes do ramo familiar na área. Outra questão a se ressaltar é a posse de pós-graduação. O gráfico indica que a inserção nas elites jurídicas se dá não por um processo acadêmico, mas exatamente pelas relações estabelecidas:



meta-chart.com

Além disso, o estudo quantitativo do número de parentes de primeiro grau com ligação ou carreiras na área do Direito demonstra que há uma espécie de linha sucessória' subjetiva, traçada pela passagem desse capital cultural para as gerações posteriores de uma determinada quantidade de famílias, como a Figura 2 demonstra:

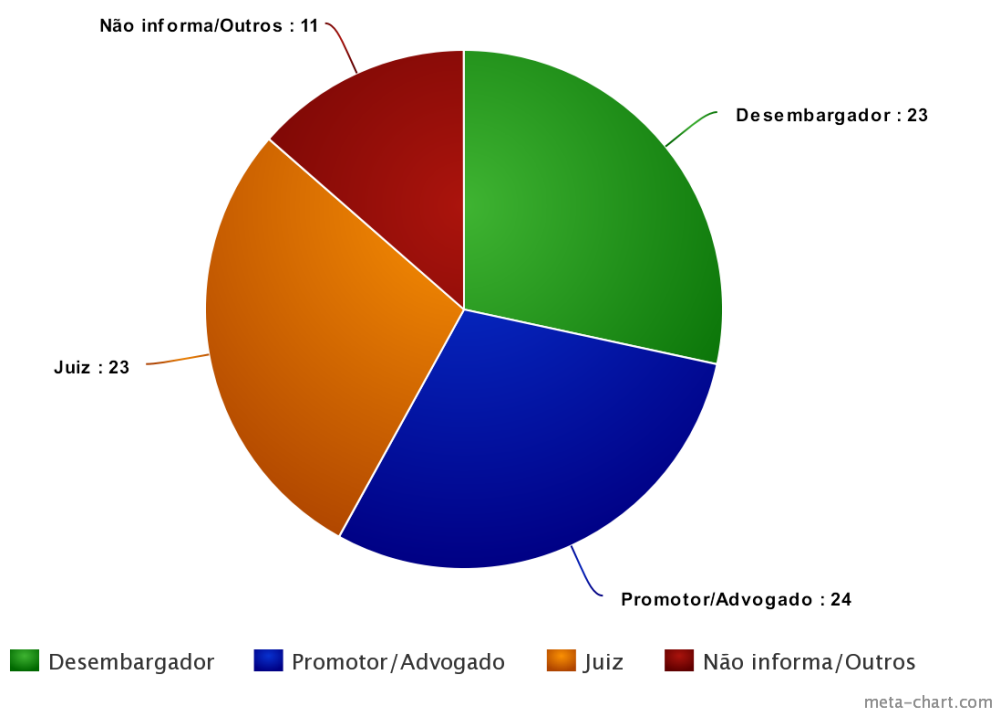


meta-chart.com

Denota-se aqui a aquisição do capital cultural, tanto em seus comportamentos quanto na passagem das práticas. Segundo Almeida (2010),

A passagem por cargos públicos tem a função não somente de permitir maior ascensão social, como também de proporcionar aprendizado prático nas tarefas burocráticas e nos negócios de Estado, mesmo quando o agente já possui capitais sociais e políticos suficientes, produzidos em suas próprias redes de relações (ALMEIDA, 2010, p. 183).

Pode-se analisar mais profundamente ao vermos a Figura 3, que mostra a profissão dos pais de cada um dos indivíduos estudados:



Podemos perceber que 86,4% das profissões estão interligadas ao direito, o que sugere um fenômeno de linha sucessória no contexto da prática jurídica. As clivagens internas marcam as trajetórias de institucionalização e construção dos projetos profissionais desses grupos (Almeida, 2010), mas a sua construção enquanto elite jurídica ocorre de maneira uniforme.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta frequência encontrada quanto ao estudo em instituições de outros Estados pode ser relacionada com o fato de as famílias frequentemente mandarem os filhos estudarem fora, a fim de desenvolver redes de relações, de natureza interpessoal e caráter profissional, com indivíduos em outras regiões. O contraste evidente entre magistrados do sexo feminino e masculino, por sua vez, representa um contexto de desigualdade vivido até hoje e ainda mais amplificado em séculos anteriores, visto que boa parte dos nomes estudados situam-se no século XX.

Os estudos aqui realizados nos permitem perceber o fenômeno a partir de uma multiplicidade de perspectivas. Por uma visão prática e objetiva, percebemos as disparidades de gênero no contexto da magistratura sergipana e como as redes de relações são estabelecidas a partir de famílias e da aquisição do capital cultural. Ao mesmo tempo, observando o que os dados apontam por uma perspectiva subjetiva, notamos que isso está profundamente atrelado aos mecanismos da sociedade, pois o direito é usado sobretudo como um eficaz veículo de transmissão ideológica, ajustando as vidas de todos e todas e assumindo-se como um árbitro em conflitos estruturais, e não como uma parte ativa ou interessada nessas lutas (Ewick, 2004: 85).

## REFERÊNCIAS

DUARTE, Madalena. **As mulheres nas profissões jurídicas: experiências e representações**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1951>>

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu**. 1995. 14 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MANUEL GONÇALVES, Carlos. **Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento**. 2007. 47 p. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2008. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A nobreza togada: As elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. 2010. 329 p. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08102010->

143600/publico/2010\_FredericoNormanhaRibeirodeAlmeida.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

VIANNA, Marcelo. A incompreensão cívica: trajetórias de autores e visões das publicações a respeito da carreira do promotor público no Rio Grande do Sul entre 1920 e 1930. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 12, n. 23, p. 65-85, jan. 2013. Disponível em: <[http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1718/pdf\\_143](http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1718/pdf_143)>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ENGELMANN, Fabiano. **Elites e “instituições” como objeto de estudo numa dinâmica periférica**. 2008. 18 p. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, Caxias do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/136/101>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 20, p. 60-70, maio. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SERGIPE, TRE. **Galeria de Presidentes**. Disponível em: < <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/cidadania-e-gestao/centro-de-memoria-eleitoral/Galeria-de-Presidentes>>. Acesso em: 02/04/2018.

SERGIPE, TRT. **Galeria de Ex-presidentes**. Disponível em: <<https://www.trt20.jus.br/institucional/composicao/galeria-de-ex-presidentes>>. Acesso em: 02/04/2018.

ALMEIDA, Frederico de. **As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira**. Revista Sociologia e Política, v. 22, n. 52, p. 77-95, dez. 2014.

O Ministério Público do Estado de Sergipe na História / Procuradoria Geral ed Justiça. - Aracaju: SERCORE Artes Gráficas Ltda, 2010.

WEBER, M. **Class, status and party**. In: BENDIX, R., LIPSET, S.M. Class, status and power. New York: Free Press, 1966, p. 21-28.

BOURDIEU, P. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups**. Berkeley Journal of Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites Regionais. **Por outra história das elites**. FGV, p.77-97, 2006.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In : FAUSTO, B (et all). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil Republicano. Volume 8. Estrutura de poder e economia (1889-1930). RJ, Bertrand Brasil, 2006, pp. 172-214.